

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE MARÇO DE 2008 - NÚMERO SEIS -
PÚBLICA:-----

Aos vinte e quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e oito, nesta vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro e Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Joaquim Luís Rosa do Céu, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, Vanda Cristina Lopes Nunes, José Carlos Viegas Ferreirinha e Mário Manuel Pereira Peixinho, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pelo Presidente da Câmara, eram quinze horas.-----

Uma vez que se encontravam munícipes na sala de reuniões, o Presidente da Câmara propôs ao restante executivo que esta reunião iniciasse pelo ponto “PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:

Deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Esteve presente o munícipe VASCO RODRIGUES DA SILVA, residente na Rua Alberto Borges, número quatro, em Alpiarça, para solicitar a cedência da porta da entrada e dos gradeamentos das varandas do prédio que a Câmara vai demolir, sito no gaveto da Rua José Relvas com a Rua João de Sousa Falcão, em Alpiarça, para ficar como recordação do local onde residiu vários anos.-----

A pretensão foi aceite.-----

De seguida foi aprovada, por unanimidade, a acta da reunião de Câmara de vinte e dois de Fevereiro findo, com as alterações propostas pelos Vereadores Mário Pereira e Vanda Nunes.-----

A acta da reunião de Câmara de dez do mês em curso, será apreciada na próxima reunião de Câmara.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número cinquenta e seis, datado de vinte do mês em curso, que acusa um saldo disponível de duzentos e trinta e cinco mil cinquenta e três euros e setenta cêntimos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Mário Pereira começou por tecer algumas considerações sobre o Boletim Municipal. Disse que pensava que era muito mais útil, em termos informativos, à Câmara e sobretudo à população, a chegada regular de um boletim que fosse, de facto, informativo. Referindo-se ao boletim acabado de sair, disse que achava que devia ser

caríssimo acabando por ser mais virado para a propaganda de que propriamente para a informação. Sugeriu que se fizesse sair regularmente um boletim muito mais simples, muito menos oneroso, mas contendo o essencial do que se vai fazendo e das deliberações tomadas, e que não se reunisse ao fim de uma série de tempo a informação num documento com custos muito mais elevados. Referiu-se a uma informação do mesmo boletim sobre as contas da Alpiagra/dois mil e seis, tendo solicitado a clarificação dos montantes das receitas e das despesas, uma vez que tinha ficado com a sensação de que numa Assembleia Municipal onde o assunto foi apreciado, tinham sido avançados valores ligeiramente diferentes.-----

Solicitou uma relação especificada das receitas e despesas das Alpiagras/dois mil e seis e dois mil e sete, bem como informação sobre o ponto da situação relativamente ao Conselho Municipal de Segurança e ao processo de revisão do P.D.M. como anteriormente já tinha solicitado.-----

Referindo-se à forma como se estava a proceder à descarga de efluentes na rede pública proveniente da Adegas Cooperativas da Gouxas, solicitou informação sobre o tipo de tratamento que estava a ser feito, se a legislação estava a ser cumprida e se tal procedimento tinha algum efeito a nível da rede pública e, sobretudo, do funcionamento da ETAR.-----

O Vereador Mário Peixinho referindo-se ao prédio situado ao lado do Banco Millennium, disse que as obras concluídas estavam em desacordo com o que tinha ficado definido anteriormente.-----

De seguida, o mesmo Vereador, questionou, na sequência de uma interpelação de um munícipe, para quando estava previsto o arranjo de um espaço que vai da antiga Travessa dos Sete Cantos para a travessa que liga à Rua Manuel Nunes Ferreira.-----

Por último, alertou para a existência de sobras de obras respeitantes à demolição de um prédio na Rua Luís de Camões.-----

O Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador José Carlos Ferreirinha para responder às questões do Vereador Mário Pereira sobre o ponto da situação da revisão do P.D.M. e da descarga de efluentes no colector por parte da Adegas da Gouxas.-----

Sobre a revisão do P.D.M., o Vereador José Carlos Ferreirinha informou que a equipa projectista já devia ter entregue a primeira fase, chamada de “caracterização”. Que tinha solicitado a sua apresentação até final do mês de Março. Que, na sequência da primeira fase, haveria lugar à segunda reunião da Comissão de Acompanhamento, já com os novos elementos de acordo com nova legislação. Que a equipa projectista tinha pedido para, atendendo a alguns atrasos de elementos difíceis de gerir em termos informáticos,

a entrega até final de Março. Que se tinha informado que o pedido era aceite desde que não ultrapassasse o prazo final da entrega. Que a segunda e a terceira fases deverão ser mais céleres.-----

Sobre a descarga de efluentes da Adega Cooperativa da Gouxá na rede pública, informou que a indicação que tinha era que a Adega estava a executar um sistema de pré - tratamento que deverá funcionar já na próxima vindima, que depois entrará na rede pública e no emissário para a Estação de Tratamento Inter – Municipal.-----

À questão colocada pelo Vereador Mário Pereira sobre a existência de pré – tratamento, o Vereador José Carlos Ferreirinha informou que tinha passado no local, a semana passada, e que o trabalho estava a ser executado.-----

O Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador José Carlos Ferreirinha para responder à questão do Vereador Mário Peixinho sobre as obras no prédio anexo ao Banco Millennium, tendo este informado que o que estava feito era uma fachada falsa, num muro, que o requerente tinha achado, por bem, embelezar com a colocação de umas grades nas janelas e de um portão de acesso a uma esplanada. Que não era ainda a construção, que esta era para fazer mais atrás. Que tinha sido feita, uma ampliação da sala do restaurante para um espaço que era uma garagem atrás do Banco.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou se era uma situação provisória, ao que o Vereador José Carlos Ferreirinha respondeu afirmativamente, informando que ainda não existia projecto. Que, aliás, tinha havido um projecto aprovado que era do antigo dono, mas que não tinha evoluído.-----

O Presidente da Câmara relativamente às considerações colocadas pelo Vereador Mário Pereira sobre o Boletim Municipal, disse que a opção era fazer um boletim municipal anual, a exemplo da esmagadora maioria das autarquias deste país.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que o boletim actual era respeitante a dois anos.-----

O Presidente da Câmara disse que o boletim era anual, de dois mil e sete. Que já no anterior mandato assim acontecia.-----

A Vereadora Vanda Nunes disse não ser bem assim e que o Boletim Municipal devia ser feito todos os anos.-----

O Presidente da Câmara concordou, tendo referido que o actual boletim era de dois mil e sete. Que era o figurino que, normalmente, as autarquias seguiam. Que, em termos de conteúdos, não via grande diferença em relação a outros boletins municipais. Que quanto aos custos, resultavam de ser um boletim anual. Que se quisesse fazer um boletim trimestral concerteza os custos seriam bem mais elevados. Que se tinha optado por condensar a informação em termos anuais.-----

O Vereador Mário Pereira referiu-se à qualidade dos meios utilizados, ao papel.-----

O Presidente da Câmara questionou ao Vereador Mário Pereira se se referia à periodicidade do boletim municipal ou à qualidade do papel, tendo o referido Vereador informado que se referia a custos.-----

O Presidente da Câmara disse que a informação aos munícipes devia chegar com qualidade.-----

O Vereador Mário Pereira concordou com o que foi dito pelo Presidente da Câmara e disse que a informação podia chegar na mesma aos munícipes com qualidade e com custos menos gravosos.-----

Sobre as contas da “Alpiagra/dois mil e seis”, o Presidente da Câmara informou que os valores eram os que constavam do Boletim Municipal, fornecidos pelos serviços. Que não fazia sentido indicar-se valores diferentes e falsos.-----

Sobre a reunião do Conselho Municipal de Segurança, o Presidente da Câmara informou que o assunto forte tinha a ver com a situação, baseada em factos, que era a incapacidade das forças com responsabilidade da segurança activa no concelho, terem meios humanos extremamente reduzidos, para além de equipamentos e de meios materiais. Que tinha dito ao Conselho Municipal de Segurança que a audiência pedida ao Sr. Ministro da Administração Interna, sobre a insuficiência de meios, já tinha sido concedida e iria realizar-se em breve. Que também tinha sido aprovada uma decisão por sugestão do Sr. Capitão Raposo de, em nome do Conselho Municipal de Segurança, fazer chegar a casa de todos os munícipes, uma informação sobre os cuidados passivos de segurança. Que o respectivo texto estava a ser preparado e irá ser distribuído através dos serviços municipais.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se a audiência com o Sr. Ministro da Administração Interna tinha a ver com diligências efectuadas recentemente ou com deliberação anterior da Assembleia Municipal realizada há mais de um ano, no sentido de se tomar providências para marcação de uma reunião para o efeito.-----

O Presidente da Câmara informou que as reuniões não se marcavam, que se pediam audiências.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que nessa eventual reunião deveriam estar representadas as vários forças políticas do Concelho.-----

O Presidente da Câmara voltou a dizer que pediu uma audiência ao Sr. Ministro da Administração Interna. Disse que achava que era a forma correcta, institucional, de tratar o assunto. Que, de cada vez que se colocassem disparates institucionais, não alinhava com isso.-----

O Vereador Mário Pereira questionou a que propósito era um disparate institucional haver uma reunião com a participação de órgão deliberativo.-----

O Presidente da Câmara informou que o assunto não podia ser tratado daquele modo, porque não eram as regras de comportamento institucional, de diálogo entre as instituições e que se devia conhecer pressupostos básicos de actuação e relacionamento.-

O Vereador Mário Pereira referiu que os pressupostos eram informais e que, formalmente, numa democracia o que tinha dito fazia todo o sentido.-----

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que não pactuava com o que considerava de disparates institucionais e que nunca iria pedir uma reunião ao Sr. Ministro da Administração Interna acompanhado de todos os outros partidos políticos.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se tal não aconteceria mesmo perante uma deliberação, ao que o Presidente da Câmara respondeu que, mesmo assim, não faria um disparate institucional.-----

O Vereador Mário Pereira voltou a dizer que achava que não era disparate e que, em democracia, as coisas deviam funcionar assim.-----

O Presidente da Câmara referiu que havia conceitos diferentes de democracia representativa, havendo, por isso, diversas opções.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que era nesse mesmo pressuposto que se exercia a democracia representativa o mais alargada possível.-----

Quanto às questões do Vereador Mário Peixinho, o Presidente da Câmara informou:-----

- Sobre a Travessa dos Sete Cantos, que era uma situação que tinha de ser resolvida pelos meios próprios da Câmara. Que, não sendo uma das artérias com mais utilização, era um local de sensibilidade histórica, devendo ser intervencionada. -----

O Vereador Mário Peixinho questionou se estava prevista tal intervenção, ao que o Presidente da Câmara respondeu negativamente, dizendo que as regras que permitiam obter fundos para este tipo de intervenções estavam ainda atrasadas. Que todas as intervenções de carácter municipal já não eram possíveis no actual figurino dos quadros comunitários. Que só eram possíveis com a contratualização integrada e interligando os municípios a operações de qualificação urbana, ou seja, num pacote.-----

- Relativamente às sobras das obras na Rua Luís de Camões, solicitou ao Vereador José Carlos Ferreirinha para tomar conta da situação.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

OBRAS:-----

DEMOLIÇÃO DE IMÓVEL DEGRADADO:-----

Informação da CHEFE de SECÇÃO DE OBRAS E LOTEAMENTOS PARTICULARES, datada de treze do mês em curso, sobre demolição do imóvel degradado sito no gaveto da Rua José Relvas com a Rua João de Sousa Falcão, em Alpiarça. Procº. n.º V-2.-----

Tomou-se conhecimento. Foi deliberado, por unanimidade, tomar posse administrativa do referido prédio a fim de se proceder à sua demolição em conformidade com a legislação em vigor.-----

CONTRA - ORDENAÇÕES:-----

PROCESSO NÚMERO QUATRO, DE DOIS MIL E SEIS, DE RITA COSTA DE SOUSA CALOURO (RELATÓRIO FINAL):-----

Presente o Relatório Final do processo de contra – ordenação em epígrafe. Procº. n.º . T-1/2.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com o referido relatório e dar andamento ao processo de acordo com a lei vigente.-----

PROCESSO NÚMERO OITO, DE DOIS MIL E SEIS, DE JOSÉ GUILHERME DE BRITO BARQUINHO (RELATÓRIO FINAL):-----

Presente o Relatório Final do processo de contra – ordenação em epígrafe. Procº. n.º T-1/2.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com o referido relatório e dar andamento ao processo de acordo com a lei vigente.-----

VÁRIOS:-----

PEDIDOS DE APOIO:-----

Ofício de SOCIEDADE FILARMÓNICA ALPIARCENSE “PRIMEIRO DE DEZEMBRO”, datado de vinte do mês findo, a informar que coloca o serviço do “Grupo de Teatro Meia – Laranja de Alpiarça”, à disponibilidade do Município, bem como a solicitar apoio para as viagens à cidade de Milevsko, a fim de o grupo representar Portugal no Festival Internacional de Teatro da República Checa. Doc. n.º 2326. Procº. n.º A-8-1/4.-----

Deliberado, por unanimidade, incumbir a Vereadora Vanda Nunes de esclarecer se a colectividade também solicitou apoios a outras entidades, uma vez que o “Grupo de Teatro Meia – Laranja de Alpiarça”, vai representar Portugal no referido Festival.-----

O Vereador Mário Peixinho ausentou-se da sala neste momento.-----

Ofício de GRUPO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO CONCELHO DE ALPIARÇA, datado de dezoito do mês em curso, a solicitar apoio financeiro ou em géneros, no montante de seiscentos e oitenta euros, para suportar o seu deficit de tesouraria. Doc. n.º 3328. Proc.º n.º A-8-1/4.-----

Deliberado, por unanimidade, atribuir um subsídio do referido montante.-----

O Vereador Mário Peixinho entrou na sala neste momento.-----

PROCESSOS JUDICIAIS:-----

Fax de JOSÉ DELGADO MARTINS, ANTÓNIO FURTADO DOS SANTOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, com sede na Praça do Príncipe Real, número onze, segundo-andar, em Lisboa, a enviar relatório dos processos judiciais que tem em seu poder, em conformidade com o solicitado em reunião de Câmara de vinte e dois do mês findo. Doc. n.º 2746. Proc.º n.º C-12.-----

Tomou-se conhecimento.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:-----

No uso da palavra o Presidente da Câmara informou que era necessário dar andamento a outros assuntos não constantes da Ordem do Dia, mas considerados de certa urgência, pelo que propôs a sua apreciação nesta reunião.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com esta proposta e apreciar os assuntos a seguir mencionados.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho informaram que votavam contra a proposta do Presidente da Câmara por não concordarem com a entrada de assuntos fora da Ordem do Dia, embora participem na sua votação.-----

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTESS ASSUNTOS:-----

PROTOCOLO – ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL – I TRIATLO DO RIBATEJO:-----

Presente o Protocolo em epígrafe. Proc.º n.º E-5/8.-----

Tomou-se conhecimento.-----

ÁGUAS:-----

PAGAMENTO DE CONSUMO EM PRESTAÇÕES:-----

Petição de LUÍS MANUEL FIGUEIREDO PEREIRA, datada de dez do mês em curso, a solicitar autorização para o pagamento do consumo de água, no valor de duzentos e vinte euros e quarenta e oito cêntimos, referente à factura número quarenta e um mil duzentos e dezanove, de Dezembro do ano findo, em três prestações, em virtude de não ter possibilidade de o fazer de uma só vez. Doc. n.º 3371. Proc.º n.º A-3/2.-----

Deliberado, por unanimidade, autorizar a pretensão. Foi ainda deliberado informar o
peticionário que as prestações devem ser mensais e sucessivas.-----

MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ALTERAÇÃO NÚMERO
QUATRO:-----

Presente a proposta de modificação às Grandes Opções do Plano em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário
Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, exarado no
referido documento em dezoito do mês em curso, que autorizou esta modificação às
Grandes Opções do Plano.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – ALTERAÇÃO NÚMERO QUATRO:-----

Presente a proposta de modificação ao Orçamento em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário
Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, exarado no
referido documento em dezoito do mês em curso, que autorizou esta modificação ao
Orçamento.-----

SEMINÁRIO E CURSO PRÁTICO – ENGENHARIA NATURAL NO RESTAURO
DE HABITATS RIBEIRINHOS – PROJECTO RIPIDURABLE:-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA deu conhecimento da realização, em Alpiarça, de um
Seminário e Curso Prático, financiados pelo projecto Ripidurable, sobre Engenharia
Natural no Restauro de Habitats Ribeirinhos, nos próximos dias três e quatro de Abril.--
Tomou-se conhecimento. Foi deliberado, por unanimidade, fazer a divulgação do evento
junto da população.-----

INFORMAÇÕES:-----

Não houve intervenções.-----

Não havendo mais nada a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara,
eram dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente
acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Manuela Maria Ferreira Neves, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e
Financeira, em regime de substituição, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a
redigi e assino.-----
